

# **História e historiografia nos Cursos de Férias da FLUC (do final da Primeira República ao derrube do Estado Novo)**

João Paulo Avelãs Nunes

(FLUC e CEIS20 da UC, [jpavelas@fl.uc.pt](mailto:jpavelas@fl.uc.pt))

## **Introdução**

Visa-se, neste capítulo, por um lado caracterizar e contextualizar os Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesas assegurados pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) desde 1925 até aos nossos dias; por outro, reconstituir e analisar o discurso historiográfico neles produzido e divulgado. Tratando-se, no essencial, de uma modalidade de extensão universitária destinada a promover o conhecimento da língua portuguesa, incluíram desde o início módulos vocacionados para a divulgação da história, da cultura e da arquitectura político-institucional nacionais junto de cidadãos de outros países. Dadas as implicações ideológicas desses objectivos, considerou-se relevante verificar como os mesmos tinham sido concretizados no final da Primeira República e, depois, durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Para além da FLUC, também a Câmara Municipal de Coimbra, a Junta Nacional de Educação, o Instituto para a Alta Cultura (IPAC) — depois Instituto de Alta Cultura —, o Secretariado da Propaganda Nacional — depois Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, depois Direcção-Geral de Informação — e outros organismos estatais participaram, ao mais alto nível, na concepção e na organização dos referidos Cursos.

O corpo docente dos Cursos de Férias foi constituído, até ao fim do Estado Novo, por professores da FLUC e de outras Faculdades da Universidade de Coimbra — sobretudo da Faculdade de Direito (FDUC) —, por docentes do ensino liceal, investigadores não universitários, etc. Os professores universitários envolvidos estavam, quase sempre, muito próximos do Estado Novo e desempenhavam funções de destaque nas respectivas faculdades. O Director dos Cursos foi, por inerência, o Director da FLUC. Em acréscimo às actividades lectivas formais (aulas teóricas e aulas práticas), os

Cursos de Férias incluíram conferências, visitas de estudo, provas (orais e escritas) de avaliação, iniciativas complementares (espectáculos, exposições, etc.).

Na elaboração deste esboço de análise, utilizámos, quer bibliografia de enquadramento, quer documentação existente no arquivo da FLUC (séries incompletas de folhetos e brochuras de divulgação, de livros de sumários; dois manuais de história de Portugal fornecidos aos estudantes estrangeiros) e relatórios sobre os Cursos de Férias publicados na revista *Biblos*<sup>1</sup>. Tal como se afirmou no início da Introdução, considerou-se mais a memória sobre a realidade portuguesa veiculada para públicos estrangeiros do que os Cursos na sua globalidade. Compara-se, finalmente, esse registo (formal ou informal) com o discurso historiográfico divulgado nos cursos de licenciatura da Faculdade<sup>2</sup>.

### **Caracterização geral**

Apesar de ter sido criada em 1911, foi em 1925 — ano anterior ao da substituição da Primeira República pela Ditadura Militar — que a FLUC passou a assegurar o funcionamento de Cursos de Férias. Nos termos da legislação em vigor, destinavam-se os mesmos, por um lado a estudantes estrangeiros, por outro a portugueses<sup>3</sup>. Durante os primeiros anos foram sobretudo frequentados por cidadãos portugueses, antes de mais por docentes do ensino liceal. Anunciados também para 1925, os Cursos Anuais de Língua e Cultura Portuguesas — então designados Cursos Gerais de Filologia Portuguesa — acabaram por só ser leccionados a partir de 1956/1957.

Nas palavras de Joaquim Mendes dos Remédios, Director da Faculdade em 1926, “concluído o Curso de Férias que a Faculdade de Letras de Coimbra inaugurou com tanto êxito e simpatia pública o ano passado pela primeira vez em Portugal, tenho a honra de, em sucinto relatório, dar conta a V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. do modo como ele decorreu e dos

---

<sup>1</sup> Cfr. AFLUC, Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC — *Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas (1925-1974)*.; J. Ameal, s.d.; *Congresso Internacional* [...], 1961; A. Cruz, 1931; *Curso de Férias* [...], 1937; *Curso (XV) de Férias* [...], 1939; *History of Portugal*, s.d.; J.M. Remédios, 1925; J.M. Remédios, 1926; J.M. Remédios, 1927; J.M. Remédios, 1928; J.M. Remédios, 1929; J.M. Remédios, 1930; M.A. Rodrigues, 1991; T.B.S. Soares, 1939; T.B.S. Soares, 1941a; T.B.S. Soares, 1941b; T.B.S. Soares, 1942.

<sup>2</sup> Cfr. *Biblos* [...], 2011; F. Catroga, 2001; J.P.A. Nunes, 1994; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 2012; J.P.A. Nunes, 2013b; *Revista Portuguesa de História* [...], 2011; L.R. Torgal, 1989; E. Traverso, 2012.

<sup>3</sup> Cfr. Decreto nº 7: 361, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa [COLP]*, 1921, 1º Semestre, p. 128.

*resultados atingidos [...] O Curso de Férias, Sr. Ministro, é uma obra duplamente patriótica — como instrumento de expansão da língua e cultura portuguesa no estrangeiro e como instrumento de extensão universitária no meio português*<sup>4</sup>.

Realizados nos meses Julho e Agosto (ou Junho e Julho) de 1925 até aos nossos dias, têm sido estruturados em diferentes níveis de dificuldade. Inicialmente, utilizaram-se as designações “elementar, complementar, superior, de actualização para professores dos Liceus e Colégios” para identificar cada um dos percursos delimitados. No que concerne aos estudantes nacionais, afirmou-se que os mesmos proviriam do universo dos indivíduos que, “*não podendo frequentar os cursos regulares das Faculdades, pretendam adquirir novos conhecimentos ou actualizar e melhorar noções antigas e portanto já muito afastadas das mais recentes conquistas da ciência*”<sup>5</sup>.

Tal como relativamente a vários outros aspectos da vida colectiva, na fase final da Ditadura Militar e durante o Estado Novo o poder político encarou de forma sistemática a possibilidade de, através do controlo dos Cursos de Férias, encontrar mais uma forma de divulgar para o estrangeiro a sua imagem do passado, do presente e das perspectivas de evolução futura de Portugal (“Metrópole, Ilhas Adjacentes e Colónias”). Quanto aos módulos de cariz historiográfico, ter-se-ia verificado a imposição da hegemonia do historicismo neo-metódico, ou seja, da leitura oficiosa da história construída e generalizada pelo regime por corresponder ao respectivo perfil político-ideológico<sup>6</sup>.

O que, no último ano da Primeira República e nos inícios da Ditadura Militar não passou de uma colaboração entre a FLUC e organismos do poder central e do poder local, da transmissão de valores culturais e ideológicos num clima de relativo pluralismo, transformou-se, a partir de 1930, numa postura de enquadramento político-administrativo. Pretendeu-se, consciente e explicitamente, transformar os Cursos de Férias em eficazes veículos de propaganda da ditadura.

Sobre a primeira etapa, atente-se nas seguintes afirmações de Joaquim Mendes dos Remédios, produzidas em 1925 na qualidade de Director da FLUC e do I Curso de Férias: “*Ganha terreno dia a dia a iniciativa patriótica dos Cursos de Férias. A toda a parte onde chega o seu conhecimento não há senão a mesma palavra de aplauso e de*

---

<sup>4</sup> Cfr. J.M. Remédios, 1926, p. 5.

<sup>5</sup> Cfr. Decreto nº 7: 361, COLP, 1921, 1º Semestre, p. 128.

<sup>6</sup> Cfr. J.P.A. Nunes, 1993; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 2000; J.P.A. Nunes, 2013a.

*louvor. É nas regiões oficiais, é entre Professores, é entre políticos de qualquer matriz. Todos compreendem que vai nessa empresa a mais bela e mais simpática de quantas tentativas de aproximação recíproca de Portugal e dos países estrangeiros que marcham na vanguarda do progresso e da civilização que até agora se tem feito [...].*

*Mais que as promessas de estadistas e políticos, mais do que as afirmações, tantas vezes hipócritas e mentirosas dos protocolos, valem as trocas de ideias fundadas nos cérebros dos pensadores [...]. Nós criaremos pelos Cursos de Férias amizades e dedicações que sobrevivem a todos os dissentimentos e a todas as rupturas políticas. Vivemos noutra região, que não é a das paixões de extermínio. Uma pomba voa por cima das nossas cabeças e leve, aérea, serena, acolhedora, segura no bico o seu ramo de oliveira”<sup>7</sup>.*

Acerca do segundo período, observem-se as expressões de Torquato de Sousa Soares (professor de História da FLUC), que, em 1939, caracterizou da forma inequívoca o XV Curso de Férias, realizado sob o patrocínio do IPAC com um pouco mais de cinquenta inscritos (nacionais e estrangeiros): *“Tendo por finalidade o desenvolvimento e a expansão da língua portuguesa, o Curso de Férias procurou ainda proporcionar, especialmente aos seus alunos estrangeiros, uma visão clara da actividade nacional em todos os seus aspectos, fazendo ressaltar da própria eloquência dos factos, embora sem intuitos de propaganda, a nossa capacidade realizadora, sempre com a preocupação mais alta de servir o interesse nacional [...].*

*Reservado o dia 20 de Julho para as inscrições, foi o Curso de Férias inaugurado no dia seguinte numa sessão solene a que presidiu o Vice-Reitor da Universidade e a que assistiram, além dos professores da Faculdade (entre os quais os antigos Directores Doutor António de Vasconcelos e Doutor Eugénio de Castro), o Secretário para a Alta Cultura, representando o Presidente da Direcção, e as autoridades civis e militares. Aberta a sessão, o Director da Faculdade, Prof. Doutor Providência e Costa, proferiu algumas palavras sobre a história e o significado dos Cursos de Férias; e, seguidamente, o Prof. Damião Peres [...] versou a Formação da Nacionalidade Portuguesa [...].*

*Depois, no salão central da Faculdade, procedeu-se à abertura duma exposição fotográfica, etnográfica e bibliográfica organizada com a colaboração do Secretariado*

---

<sup>7</sup> Cfr. J.M. Remédios, 1925, p. 96/97.

*da Propaganda Nacional, da Agência Geral das Colónias, da Junta de Província do Douro Litoral, da Casa da Madeira, do Grémio dos Açores [...], em que estavam representadas não só as províncias do continente, mas também os arquipélagos adjacentes e todas as possessões coloniais. Assim, num grande friso com uma extensão de mais de quarenta metros, sob a representação heráldica decada uma das províncias ou das respectivas capitais, foram expostas centenas de fotografias representando paisagens, monumentos e costumes em toda a extensão do Império desde o Minho e Trás-os-Montes até Macau e Timor. Ao centro, o grande planisfério luminoso que figurou na Exposição Histórica da Ocupação, de 1937, indicava as rotas das grandes viagens descobridoras dos séculos XV e XVI; e, sobre mesas, viam-se manequins ostentando diferentes trajos regionais portugueses, espécimes de arte indígena e ainda uma preciosa colecção de livros modernos e antigos, nacionais e estrangeiros, sobre diferentes aspectos da vida portuguesa. Então, o Prof. Doutor Amorim Girão, em rápida mas expressiva síntese, referiu-se a cada uma das províncias do Império, acentuando, através da infinita variedade de paisagens, de climas, de costumes e de raças, o mesmo sentido de Pátria que as une e vivifica, estando assim em todas elas, desde o Minho a Timor, bem presente Portugal*<sup>8</sup>.

Um sintoma relativamente inequívoco da forma como o Estado Novo encarou os Cursos de Férias está na criação do módulo Corporativismo Português, leccionado entre 1938 e 1944 pelo magistrado Abranches Tavares. Significativamente, a partir de 1945, ano da derrota dos principais regimes corporativistas a nível europeu e mundial, o módulo em causa foi descontinuado. Com pequenas variações de ano para ano, o programa de Corporativismo Português incluiu os seguintes temas: antecedentes históricos do corporativismo moderno, antecedentes económicos e políticos, teoria geral do corporativismo, as realizações portuguesas, a experiência portuguesa e o movimento corporativo europeu. Foi, ainda, citada a seguinte bibliografia: José Teixeira Ribeiro, *Princípios e fins do corporativismo português*; Mário de Figueiredo, *Princípios fundamentais do sistema corporativo*; Marcelo Caetano, *Sistema corporativo*; João da Costa Leite (Lumbrales), *Doutrina corporativa*.

Em 1964 e 1965, Afonso Rodrigues Queiró e Rogério Soares — ambos docentes da FDUC — asseguraram a leccionação de mais um módulo vocacionado para a

---

<sup>8</sup> Cfr. T.B.S. Soares, 1939, p. 604-606.

“formação política” dos estudantes dos Cursos de Férias: Aspectos Constitucionais, Administrativos, Corporativos e Ultramarinos do Estado Português Contemporâneo. Os anos em causa integraram, em termos globais, uma nova conjuntura de endurecimento da ditadura face ao aumento da contestação interna, ao início das guerras coloniais e ao reforço do isolamento externo mesmo perante países como os EUA, o Reino Unido, a França e a RFA.

Os valores do colonialismo português estiveram também presentes, de forma marcada e continuada, no módulo Geografia de Portugal e Colónias — mais tarde Geografia de Portugal Metropolitano e Ultramarino —, de acordo com as opções do regime e com as etapas do processo de evolução do sistema de relações internacionais. No primeiro momento, explicitava-se a partilha de concepções assumidamente darwinistas sociais e nacionalistas (“raças” ou povos superiores e inferiores). Na segunda fase, tentava-se apresentar os “territórios não autónomos” como parcelas pluricontinentais de um mesmo Estado-Nação construído ao longo de séculos de história em comum.

### **História e historiografia**

Entre 1925 e 1974, os Cursos de Férias incluíram, quase sempre, dois módulos da área da história, um relativo ao “Portugal Metropolitano” (“Continente e Ilhas Adjacentes”) e o segundo sobre as “Colónias” ou acerca das “Províncias Ultramarinas”. As designações variaram ao longo dos anos, talvez mais de acordo com as necessidades da política de propaganda da ditadura do que em resultado de critérios historiográficos. Esporadicamente, surgiram, no entanto, outros módulos dedicados ao estudo da história da actividade colonial portuguesa ou de outros temas monográficos da história de Portugal. São estes os limites temáticos do objecto de apreciação que tentamos caracterizar e interpretar.

No ano de 1925, o módulo de História de Portugal foi assegurado por António de Vasconcelos (primeiro Director da FLUC), Manuel Gonçalves Cerejeira (professor de História da FLUC e futuro Cardeal Patriarca de Lisboa) e João Serras e Silva (professor das Faculdades de Medicina e de Letras da Universidade de Coimbra). Manuel Gonçalves Cerejeira responsabilizou-se, ainda, pela conferência “Algumas figuras de mulheres portuguesas”. Em 1926 e 1927, este professor da FLUC voltou a

leccionar História de Portugal, tendo sido realizadas no ano de 1926 três conferências complementares sobre temas de história: “Problemas de história de Portugal esclarecidos por documentos do arquivo de Simancas”, proferida por Queirós Veloso; “A história de Inês de Castro contada por D. Pedro o Cru”, da autoria de António de Vasconcelos; “Rainhas e Princesas de Portugal”, da responsabilidade de Manuel Gonçalves Cerejeira.

Em 1928, o docente responsável por História de Portugal foi Luís Cabral de Moncada (professor da FDUC), tendo António de Vasconcelos proferido a conferência “D. Isabel de Aragão, sua cooperação com a política de D. Dinis”. Entre 1929 e 1934, Manuel Lopes de Almeida (professor de História da FLUC e futuro Ministro da Educação Nacional) leccionou os módulos História de Portugal e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, acompanhado, no caso de História de Portugal, por Mário Brandão (professor de História da FLUC). Agostinho Fortes proferiu em 1930 a conferência “A civilização moderna é resultante da acção consciente da actividade portuguesa no século XV. O Renascimento só muito mais tarde contribuiu para a evolução social da civilização de hoje”. Gonçalo Reparaz realizou três conferências intituladas, respectivamente, “Descobrimentos portugueses. Os percursos”, “Descobrimentos portugueses. A época das grandes descobertas”, “O Cardeal-Rei D. Henrique. Novos aspectos da sua história”.

No ano de 1935, Manuel Lopes de Almeida estruturou o programa do módulo História de Portugal em torno da problemática “Evolução das ideias políticas e sociais em Portugal”, tendo Damião Peres (professor de História da FLUC) apresentado a conferência “Os Descobrimentos portugueses e os seus reflexos na história nacional e universal”. Os Cursos de 1936 e 1937 viram História de Portugal ser assegurado por Damião Peres e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa por Mário Brandão.

Em 1938, História de Portugal foi leccionado por quatro docentes: Damião Peres (duas aulas sobre As origens da nacionalidade portuguesa), Torquato de Sousa Soares (quatro aulas sobre O regime urbano português na Idade Média — primeira referência explícita a um tema de história social e político-institucional, na linha da história económica e social clássica e da história político-institucional clássica), Mário Brandão (duas aulas sobre O Renascimento em Portugal) e Manuel Lopes de Almeida (uma aula

sobre Tentativas de reintegração de Portugal na política europeia dos séculos XVII e XVIII e uma aula acerca de As ideias da Revolução Francesa em Portugal — primeira referência à história contemporânea e, dentro desta, a uma temática que esteve afastada dos cursos de licenciatura da FLUC entre 1928/1929 e 1969/1970).

Algo de semelhante se deu com o módulo História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa nesse mesmo ano de 1938: Manuel Lopes de Almeida foi responsável por cinco aulas (A expansão portuguesa nos séculos XV e XVI, A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil, Afonso de Albuquerque e o Império Português), Damião Peres por duas aulas (Viagens terrestres, Os Descobrimentos e o seu significado na história da Civilização) e Albin E. Beau assegurou uma aula (A visão imperialista do Padre António Vieira). Ocorreram, ainda, três aulas sobre Os portugueses em África nos séculos XIX e XX, segundo afluente da história contemporânea sem que, neste caso, tivesse sido possível identificar o docente responsável.

Torquato de Sousa Soares assegurou, em 1939, o módulo único de história — História de Portugal e da Expansão Portuguesa no Mundo —, tendo abordado temas que foram da “invasão sarracena” [muçulmana] da Península Ibérica no século VII ao Estado Novo. Surgiu, assim, um programa que, ao contrário do que acontecera nos Cursos de Férias e do que ocorreu nos cursos de licenciatura, integrava vários tópicos de história contemporânea de Portugal. A leitura da história nacional então apresentada era marcada por preocupações de cariz sobretudo ideológico. Esteve-se perante a glorificação do “passado da Pátria” e a legitimação do Estado Novo enquanto movimento regenerador e de recuperação da grandeza perdida; a condenação dos “erros” do liberalismo conservador monárquico e do demoliberalismo (monárquico e republicano). Manteve-se a quase total ausência da história económica e social, tendo as únicas exceções resultado de algumas referências a medidas de política económica tomadas durante o reinado de determinados monarcas.

Segundo o próprio Torquato de Sousa Soares, a “*distribuição das matérias fez-se do seguinte modo: O ocidente da Península antes e depois da invasão sarracena; as lutas da Reconquista a construção do Condado Portucalense. Definição e organização do território nacional. A crise política de 1383-1385 e a consolidação da independência. A nova expansão ultramarina com o Infante D. Henrique, D. Afonso V,*



*D. João II e D. Manuel. Novos rumos da política nacional: D. João III e D. Sebastião. A crise da independência e o Governo dos Filipes. A Restauração na Metrópole e no Ultramar. D. João V e D. José; as reformas e as iniciativas do Marques de Pombal e de D. Maria I. As invasões francesas e as lutas liberais; reorganização interna. Ocupação política e científica das novas colónias africanas; a queda da Monarquia. A Grande Guerra e as suas consequências; a Revolução Nacional e o Estado Novo Corporativo*<sup>9</sup>.

Coerentemente com estes princípios orientadores, as conferências proferidas a partir de uma perspectiva historiográfica versaram temas como “A formação da Nacionalidade Portuguesa” e “A Restauração da Independência em Portugal”, por Damião Peres; “A crise da Nacionalidade nos fins do século XIV” e “Aspectos políticos e sociais do século XVIII em Portugal”, da responsabilidade de Manuel Lopes de Almeida (com uma leitura em alguns aspectos heterodoxa acerca de 1383-1385 na primeira conferência<sup>10</sup>; com um elogio, ainda que renitente e parcial, à política pombalina de modernização na segunda conferência); “Aspectos da colonização portuguesa em Angola e Moçambique”, por Anselmo Ferraz de Carvalho (glorificadora do esforço de “fixação” e de “civilização” que, à semelhança do ocorrido no Brasil, os portugueses estariam a realizar em África); “O movimento da independência do Brasil”, da responsabilidade de Torquato de Sousa Soares; “O Brasil: a terra e o homem”, por Orlando Ribeiro (numa perspectiva próxima do “luso-tropicalismo” de Gilberto Freyre).

O programa delineado em 1939 por Torquato de Sousa Soares foi por ele próprio mantido, com ligeiras alterações, em 1940, 1941 e 1944. Na documentação relativa a 1940 detectámos, ainda, as primeiras referências bibliográficas, limitadas a duas obras representativas da memória histórica e da historiografias oficiosas do Estado Novo. Uma de nível liceal e a outra no plano da sistematização de resultados de

---

<sup>9</sup> Cfr. T.B.S. Soares, 1939, p. 608/609.

<sup>10</sup> “*Perante as indecisões da regente D. Leonor Teles, esboça-se em Lisboa um movimento de protesto que em breve será uma verdadeira revolução nacional chefiada pelo Mestre de Aviz e secundada pelo burguês Álvaro Pais, pelo lealista João das Regras e pela radiosa mocidade de Nuno Álvares Pereira. Revolução profunda, que transformou completamente a vida da Nação, estabelecendo uma nova organização social pelo triunfo da vontade popular contra grande parte da nobreza que encarnava a legalidade, o mesmo é dizer, a adesão a Castela [...].*”

*Por outro lado, a jornada de Aljubarrota marca o fim da Idade Média em Portugal, e, se sob o aspecto militar representa a derrota da cavalaria como formação de combate, sob o aspecto económico e social significa a queda da monarquia agrária e o advento da burguesia que vai encontrar no comércio e na navegação a primordial fonte da sua actividade. Surge então uma nova geração de gentes que criará as possibilidades de abrir a época da Expansão*”. (Cfr. *Curso (XV) de Férias [...]*, 1939, p. 62)

investigação monográfica: *Compêndio de História de Portugal*, de António Gonçalves Mattoso e *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres. No ano de 1942, Torquato de Sousa Soares voltou a limitar as referências à história de Portugal aos períodos medieval e moderno (vertentes político-institucionais, militares e da cultura erudita). Em 1943, o módulo de história do Curso de Férias, atribuído a Damião Peres, foi, por impossibilidade e sugestão deste, assegurada por Alberto Martins de Carvalho.

As conferências que, durante os seis anos em apreço, versaram temas de história, tiveram os seguintes títulos e autores: “Sobre as origens da Nacionalidade”, por Orlando Ribeiro; “Acção dos portugueses no descobrimento da terra” e “Portugal na história da Civilização”, da responsabilidade de Damião Peres<sup>11</sup>; “As missões católicas na evolução político-social da Guiné portuguesa”, por António Joaquim Dias; “Presores-Bandeirantes ou a vocação civilizadora de um povo”, da responsabilidade de Torquato de Sousa Soares, na qual foi defendida a tese segundo a qual “*a obra de colonização do Brasil entroncava na obra de colonização de Portugal, sendo o espírito que animou os bandeirantes o mesmo que, séculos antes, animava os presores na sua faina repovoadora*”<sup>12</sup>.

Durante os dezasseis anos seguintes (entre 1945 e 1960), o módulo de história de Portugal foi, com várias designações, da responsabilidade de Manuel Lopes de Almeida. Optou-se, predominantemente, por caracterizar as vertentes políticas e institucionais, militares e culturais da realidade portuguesa entre o século XII e o século XVIII. Apesar de tudo, nos anos de 1948 a 1958 e à semelhança do que já tinha sido feito por Torquato de Sousa Soares, Manuel Lopes de Almeida abordou, também, partindo das mesmas regionalidades, os séculos XIX e XX. De 1961 a 1974, Salvador Dias Arnaut (professor de História da FLUC) assegurou o módulo em causa — colaborava na leccionação do mesmo desde 1958 —, sempre com um programa idêntico ao adoptado nos anos de 1939 e 1944, de 1948 a 1958, isto é, com história contemporânea mas quase sem história económica e social.

---

<sup>11</sup> “*Os portugueses de hoje podem, por tantos títulos, orgulhar-se da magnífica obra dos seus antepassados. Encerrado há muito tempo o período espectacular da expansão, eles mantêm vivo o espírito que as animou, prosseguindo na África uma obra de aproveitamento e progresso, dia a dia mais intensa, e guardando amorosamente na Ásia e na Oceânia alguns postos que avultam como ilhas dispersas num mar de recordações. Nem um só palmo de terra portuguesa deixou de custar sangue, trabalho e pensamento. Seria isso já um claro título dos direitos de Portugal no Mundo; mas há que acrescentar-lhe a contribuição portuguesa, não excedida por ninguém, para o progresso geral da Humanidade*”. (Cfr. T.B.S. Soares, 1942, p. 567)

<sup>12</sup> Cfr. T.B.S. Soares, 1942, p. 582.

Em 1958 foram criados dois novos módulos de história: Ideias e Figuras da História de Portugal na 2ª Metade do Século XVII e Capítulos de História do Brasil, ambos leccionados por Manuel Lopes de Almeida. O primeiro existiu até 1960, mas o segundo foi extinto logo em 1959. No Curso de Férias de 1961, este professor regeu, ainda, um módulo intitulado A Vida e a Cultura Portuguesa no Século XVIII: Algumas Notas de História Social — uma das poucas referências directas e concretas à história social, embora não tivesse sido possível verificar que questões foram abordadas e qual a perspectiva historiográfica adoptada. Manuel Lopes de Almeida voltou a responsabilizar-se, no ano de 1964, pela leccionação de um módulo especializado no tratamento monográfico de um tema, no caso, e quebrando novamente o *tabu* da história contemporânea, Génese e Desenvolvimento do Sistema Representativo em Portugal.

Nos anos de 1965 a 1974, História de Portugal surgiu separada do estudo da expansão colonial portuguesa, passando estas problemáticas a ser consideradas em dois módulos autónomos, que se sucederam no tempo e foram da responsabilidade de Salvador Dias Arnaut: A Presença dos Portugueses em África (1965-1970) e A Colonização do Brasil (1971-1974). Em 1971, Manuel Lopes de Almeida substituiu Salvador Dias Arnaut na leccionação do Curso Geral de História de Portugal e de A Colonização do Brasil, não tendo daí resultado mudanças significativas, quer ao nível dos programas, quer das concepções historiográficas cooptadas.

Quanto a conferências da área da história proferidas no âmbito dos Cursos de Férias da FLUC desde 1945 até 1974, em 1945 Mário Brandão foi responsável pela palestra “Coimbra na Crise de 1580” e Torquato de Sousa Soares pela conferência “A formação de Portugal”. No ano de 1946, as palestras versaram “A Universidade de Coimbra no Renascimento” (por Mário Brandão) e “A Revolução de D. Afonso Henriques” (iniciativa de Torquato de Sousa Soares). Em 1947, este mesmo professor abordou o tema “Carácter e sentido da Reconquista Cristã”.

Em resultado das comemorações “histórico-patrióticas” do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique — o “pai dos Descobrimentos portugueses” —, foram integradas no XXXVI Curso de Férias (de 11 de Julho a 20 de Agosto de 1960) trinta e seis conferências sobre o Infante D. Henrique (vida e obra); a historiografia dos Descobrimentos; a literatura dos Descobrimentos; a cartografia dos séculos XV e XVI; navios, arte de navegar e homens do mar no século XV; a arte na época dos

Descobrimientos; os “novos mundos” (sua revelação e consequências no âmbito do moderno conhecimento geográfico). Realça-se a ausência de história económica e social num ciclo de palestras associado à posterior realização em Lisboa, de 5 a 12 de Setembro de 1960, do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos<sup>13</sup>.

Finalmente, a lição inaugural do Curso de Férias de 1966 foi da responsabilidade de Manuel Lopes de Almeida, que abordou um tema integrável na história da cultura erudita e da glorificação de um dos “períodos simbólicos” (de um dos “momentos heróicos”) da história de Portugal tal como esta era apresentada pelo Estado Novo: “Relações literárias de D. Francisco Manuel de Melo” — ou a conjuntura envolvente da “Restauração da Independência” em 1640.

## **Conclusão**

Numa tentativa de balanço global, pode afirmar-se que, nos Cursos de Férias da FLUC realizados de 1925 a 1974, o peso atribuído à história económica e social foi muito limitado. Quase sempre, os temas de história económica e social abordados limitaram-se à descrição das medidas de política económica e social tomadas por monarcas ou outros governantes. Predominou, pois, a história política, institucional, militar e da cultura erudita. Se, nos primeiros anos (até 1937), a Época Contemporânea foi ignorada, entre 1938 e 1974 — ao contrário do que acontecia nas disciplinas de história dos cursos de licenciatura — a história contemporânea de Portugal passou a ter presença regular<sup>14</sup>.

Verifica-se, assim, que os mesmos docentes adoptaram atitudes diferentes nos cursos de licenciatura e nos Cursos de Férias. A explicação para esta dualidade de critérios poderá encontrar-se na vontade de apresentar aos estudantes estrangeiros uma visão orientada da “totalidade da experiência histórica portuguesa”, incluindo mesmo os períodos mais recentes (polémicos e “maléficos”). Tratava-se, não de uma formação longa para especialistas, futuros agentes de produção e/ou reprodução de discurso historiográfico, mas de uma abordagem de curta duração e de divulgação de memória histórica para um público relativamente indiferenciado.

---

<sup>13</sup> Cfr. *Congresso Internacional* [...], 1961.

<sup>14</sup> Cfr. G. Bourdé, 1990; M.M. Carvalho, 2005; H. Couteau-Bégarie, 1983; M. Ferro, 1985; S.C. Matos, 1990; J.P.A. Nunes, 1995; L.R. Torgal, 1996.

Mau grado o facto de, na generalidade dos casos, a presença de vectores ideológicos (da ideologia do Estado Novo) ter sido mais marcante e explícita nos Cursos de Férias do que nos cursos de licenciatura, alguns docentes assumiram posturas historiográficas relativamente menos conservadoras. Citam-se os exemplos de Manuel Lopes de Almeida quando abordou temas de história das mentalidades, de história social e de história contemporânea; Salvador Dias Arnaut ao leccionar temas de história contemporânea; Torquato de Sousa Soares ao oscilar entre, por um lado, a relativa modernidade, quer das referências à história social e à história contemporânea, quer da utilização pontual dos pressupostos da história institucional e política clássica e da história económica e social clássica, por outro a defesa dos mitemas relacionados com os períodos da “formação da Nacionalidade” e da “construção do Império.

Quanto ao discurso sobre a história de Portugal proposto aos estudantes dos Cursos de Férias da FLUC, o mesmo terá sido estruturado de forma a gerar uma sensação geral de “coerência narrativa” e de inevitabilidade teleológica. À semelhança do que ocorreu, também durante o Estado Novo, no âmbito da “literatura histórica para crianças”, a realidade era descrita de forma a aproximar-se de uma “epopeia grandiosa”, quer no plano interno (onde, no essencial, teria existido glória, dificuldades momentâneas, superação dessas mesmas dificuldades e mais glória), quer no plano externo (onde Portugal teria desempenhado e continuaria a concretizar um papel ímpar como motor e garante da “Civilização Cristã Ocidental”).

Com esse objectivo, concentrou-se a atenção na actividade das “grandes personalidades” e fizeram-se apreciações qualitativas ou juízos de valor anacrónicos. Atribuiu-se um peso mínimo aos fenómenos considerados “negativos” ou “polémicos”: a Inquisição e as políticas anti-judaicas, a crise do “Império do Oriente”, o reinado de D. Sebastião, a escravatura durante a Época Moderna, a exploração dos territórios coloniais, os conflitos liberais e o anti-clericalismo, o atraso industrial no século XIX e inícios do século XX, o analfabetismo e a emigração em larga escala, etc. Integraram-se na “gesta nacional” personalidades e processos inicialmente condenados pelos intelectuais integralistas e pelos católicos corporativistas (vejam-se os exemplos da governação pombalina, do “fontismo” e da “estratégia africanista” da segunda metade do século XIX).

Afirmou-se que os portugueses teriam sido, durante a Idade Média, os “fronteiros do Ocidente” contra a “ameaça sarracena”; na Época Moderna, os descobridores, evangelizadores e civilizadores de “novos mundos” (depois “humanistas e universalistas” ou “luso-tropicalistas”), os guardiões do Ocidente contra o “perigo turco”, os defensores da unicidade católica; na Época Contemporânea, um modelo de nacionalismo corporativista moderado, bastião da “Civilização Cristã Ocidental” (nas “províncias europeias e ultramarinas”) contra os crimes do demoliberalismo e do comunismo, contra os excessos dos totalitarismos italiano ou alemão.

Os “momentos simbólicos” da história de Portugal, tal como esta era encarada e apresentada pelo Estado Novo, estiveram sempre presentes e constituíram a quase totalidade da memória histórica divulgada nos Cursos de Férias da FLUC: a “fundação da Nacionalidade” e a “plenitude medieval”, a “crise nacional de 1383-1385”, os Descobrimentos e a expansão colonial (ou “ultramarina”), a “crise de 1580” e a Restauração da independência, a “governança pombalina” e o sucesso da “construção do Brasil” nos séculos XVII e XVIII, a “colonização de África” nos final do século XIX, o Estado Novo no século XX.

O carácter determinante dos valores ideológicos do regime — nacionalismo, colonialismo, corporativismo, catolicismo — é, ainda, detectável, por exemplo, se analisarmos os temas das conferências realizadas no âmbito dos Cursos de Férias. Das sessenta e seis palestras rastreadas, quarenta e três versaram temáticas ligadas aos Descobrimentos e à fixação colonial dos portugueses (trinta seis das quais em 1960, no âmbito das “comemorações henriquinas”); seis, a “formação de Portugal”; cinco, a conjuntura de “perda” e “recuperação” da independência entre 1580 e 1640; quatro aspectos biográficos de rainhas, princesas e outras “figuras de mulheres portuguesas”; três, a evolução e as características do Brasil como “produto da acção civilizadora e universalista de Portugal”; cinco versaram outros assuntos (“problemas de história de Portugal”, a “crise da nacionalidade” em 1383-1385, o século XVIII em Portugal do ponto de vista social e político, Portugal na história da “Civilização”, a Universidade de Coimbra durante o Renascimento).

Predominou uma periodização de tipo factualista, baseada na sucessão de reinados; na actuação de reis, rainhas, governantes, chefes militares e “intelectuais”; em “grandes acontecimentos” de cariz sobretudo político-militar. Esporadicamente, aquando

da análise das “crises nacionais” de 1383-1385 e de 1637-1640 ou da “gesta descobridora e colonizadora”, refere-se a existência de uma mítica entidade colectiva (o “povo português”), socialmente indiferenciada mas que, nesses momentos de dificuldade ou de ausência de “elites dirigentes dignas”, é apresentada como sendo detentora das “virtudes da Nação”. Manteve-se uma postura historiográfica etnocêntrica, bem visível, por um lado no modo como foram retratados os ‘figurantes’ não europeus intervenientes na “epopeia histórica portuguesa”, por outro, na utilização de um substantivo singular sempre que se fazia referência a fenómenos civilizacionais: “civilização” era sinónimo de “a Civilização Cristã Ocidental”.

Tal como no caso dos cursos de licenciatura assegurados pela FLUC, também nos Cursos de Verão o regular funcionamento das actividades lectivas e outras parece ter-se sobreposto a todas as “grandes ocorrências” de natureza associativa, política ou militar. Evocam-se, a este propósito, o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 e o Golpe Militar/a Revolução de 25 de Abril de 1974; a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial e as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné; as “crises académicas” de 1962 e de 1969.

O número de professores envolvidos na leccionação dos módulos aqui considerados dos Cursos de Férias foi limitado, restringindo-se, no caso dos que provinham da Secção de História da FLUC, aos docentes que mais se identificavam com o paradigma historiográfico e ideológico da Faculdade e do Estado Novo. Esta situação poderá ter resultado de condicionalismos meramente organizativos, das diferentes disponibilidades pessoais, de estratégias conscientes e de opções de ordem político-ideológica. Quatro docentes monopolizaram grande parte desta responsabilidade, tendo ainda sido possível referenciar um outro grupo de sete docentes com uma participação significativamente menor: Manuel Lopes de Almeida (vinte e sete anos), Salvador Dias Arnaut (dezasseis anos), Mário Brandão (nove anos) e Torquato de Sousa Soares (seis anos); Manuel Gonçalves Cerejeira (três anos), Damião Peres (dois anos), António de Vasconcelos (um ano), João Serras e Silva (um ano), Luís Cabral de Moncada (um ano), Albin Beau (um ano), Alberto Martins de Carvalho (um ano).

## **Documentação**

- Arquivo da FLUC (AFLUC), Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC — *Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas (1925-1974)*.
- AMEAL, João, *Bref résumé de l'Histoire du Portugal* (trad. do português), Lisboa, Edições SNI, s.d.
- Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, 7 volumes, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.
- CRUZ, António da, “Excursões do Curso de Férias”, *Biblos*, vol. VII, 1931, p. 311-330.
- “Curso de Férias — 1937”, *Biblos*, vol. XIII, 1937, p. 272/273.
- Curso (XV) de Férias (1939)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, FLUC, 1939.
- History of Portugal* (trad. do português), Lisboa, DGI/SEIT, s.d.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, “Os Cursos de Férias da Faculdade de Letras”, *Biblos*, nº 1, 1925, p. 96-108.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, “Os Cursos de Férias da Faculdade de Letras em 1926”, *Biblos*, vol. II, 1926, p. 529-538.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, “Curso de Férias”, *Biblos*, vol. III, 1927, p. 609-611.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, “Curso de Férias”, *Biblos*, vol. IV, 1928, p. 514-523.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, “Curso de Férias de 1929”, *Biblos*, vol. V, 1929, p. 554-556.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, “Curso de Férias”, *Biblos*, vol. VI, 1930, p. 612-616.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra. Actas da Faculdade de Letras*, Coimbra, AUC, vol. II, 1991.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa, “Curso de Férias de 1939”, *Biblos*, vol. XV, t. II, 1939, p. 604-619.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa, “Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesa”, *Biblos*, vol. XVII, t. I, 1941a, p. 383-392.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa, “Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesa”, *Biblos*, vol. XVII, t. II, 1941b, p. 791-798.



SOARES, Torquato Brochado de Sousa, “Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesa”, *Biblos*, vol. XVIII, t. II, 1942, p. 558-582.

### **Bibliografia**

*Biblos*, vol. IX, 2ª Série, 2011, p. 7-374 (“FLUC (1911-2011)”).

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

CARVALHO, Maria Manuela, *Poder e ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Le phenomene “nouvelle histoire”. Stratégie et ideologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983.

FERRO, Marc, *L’histoire sous surveillance. Science et conscience de l’histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985.

MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia, imaginário nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

NUNES, João Paulo Avelãs, “Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)”, *Vértice*, II Série, nº 56, Setembro/Outubro de 1993, p. 13-23.

NUNES, João Paulo Avelãs, “História-ciência e divulgação da história. Os cursos de “extensão universitária” da FLUC (1925-1974)”, *Revista da Faculdade de Letras. História* [UP], II Série, vol. XI, 1994, p. 377-413.

NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, IIE, 1995.

NUNES, João Paulo Avelãs, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV, 2000, p. 305-348.

NUNES, João Paulo Avelãs, “Ciência e ideologia: a história na FLUC de 1911 a 1933”, NETO, Vítor (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Edições Almedina, 2012, p. 313-337.

- NUNES, João Paulo Avelãs, “O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”, NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, IUC, 2013a, p. 53-79.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia”, PIMENTEL, Irene Flunser e REZOLA, Maria Inácia (coord.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2013b, p. 363-384.
- Revista Portuguesa de História*, t. 42, 2011, p. 5-390 (“100 anos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”).
- TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis e outros, *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar*, Lisboa, Edições Unipop, 2012.